

Ulysses faz discurso de candidato

BRASÍLIA — "A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar". Com estas palavras, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, iniciou e encerrou seu pronunciamento na solenidade de promulgação da nova Carta: um indistinto discurso de candidato opositorista a Presidente da República. No final, acrescentou duas frases, dando o significado da mudança: "Mudar para vencer. Muda Brasil!". O discurso — literário, cheio de frases de extrema beleza poética, mas com forte conteúdo político — foi interrompido 53 vezes pelos aplausos dos constituintes.

Sobram farpas para o Governo Sarney e para o regime autoritário que dominou o País por 20 anos. Ao seu lado, o Presidente Sarney teve de ouvir tudo calado, às vezes deixando escapar um sorriso amarelo.

— Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania, onde quer que ela desgraça homens e nações, principalmente na América Latina — bradou Ulysses, aplaudido pela ala esquerda do plenário, de pé, enquanto o lado direito permanecia calado, imóvel. Foi, enfim, aplaudido com entusiasmo pelo lado direito, quando falou que, "enquanto houver Norte e Nordeste fracos, não haverá a União, Estado forte, país fraco é o Brasil. O desgoberno acende a ira popular, que invade os paços municipais, arranca as grades dos palácios e acabará chegando à rampa do Palácio do Planalto". Nos agradecimentos finais, reconheceu a importância da participação de Sarney no processo de transição democrática: — V. Ex. cumpriu exemplarmente o compromisso de Tancredo Neves ao convocar a Assembleia Nacional Constituinte. A emenda 26 teve ori-



O General Leônidas, Mailson da Nóbrega e outros Ministros na galeria

gem no seu Governo, vinculando V. Ex.ª a efeméride que hoje a Nação celebra.

Ao saudar o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Rafael Mayer, aproveitou para mandar um recado:

— O imperativo "Muda Brasil!", desafio de nossa geração, não se processará sem o conseqüente "Muda Justiça".

De aliados políticos a ferrenhos adversários, a interpretação do discurso de Ulysses Guimarães foi uma só: o dono da festa falou como candidato — à Presidência da República, certamente, ou à Academia Brasileira de Letras.

O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, disse que ele fez "um discurso que, na medida

em que era o dono da festa, desejava lançar-se a outros vóos."

— Tinha cara de candidato. Ou à Presidência ou à Academia ou às duas — disse o presidente do PFL, Marco Maciel.

O Ministro-Chefe do Emfa, Valbert Liseux, usou um seco "muito bom" para comentar o discurso. O Deputado José Genoino aplaudiu quando ele mencionou o Deputado Rubens Paiva, morto no regime militar.

O Governador do Ceará, Tasso Jereissati, classificou o discurso de obra-prima. O Governador Moreira Franco considerou a fala como de candidato. O Ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, disse que a fala de Ulysses "é de densidade e atualidade e não se pode separar sua condição de candidato natural à Presidência da República."

O Ministro da Indústria e Comércio,



Sarney e Ulysses se abraçam

Roberto Cardoso Alves, referiu-se ao "grande político, presidente de um grande Partido", emendando que tem seu apoio para a Presidência da República. O Deputado Pimenta da Veiga (PSDB-MG) classificou a fala como "muito competente" e o Deputado Euclides Scalco (PSDB-PR), depois de elogiar, disse que Ulysses deveria ter feito o discurso há um ano, quando esboçou-se a formação de novo partido.

O Deputado Ulysses Guimarães almoçou, ontem, com 12 governadores do PMDB, em campanha à Presidência da República. E a todos convocou para o comício, amanhã, em Goiânia. A escolha de Goiânia para a largada da campanha tem um motivo: foi de lá que Tancredo Neves deu a partida rumo à disputa com Paulo Maluf e foi lá que começou a campanha das "Diretas, Já!"

Nascendo com a nova Carta

Primeiro bebê a nascer após a promulgação é uma menina de família pobre, mas esperançosa

BRASÍLIA — Ao mesmo tempo em que, no Congresso, eram prestados juramentos à Constituição, a cinco quilômetros, no Hospital Regional da Asa Norte, nascia o primeiro bebê sob a nova Carta: uma menina, que se chamará Clarisse ou Raissa. O último nome, segundo a mãe, Raimunda Aguiar Jafá, é uma homenagem a Raissa Gorbatchov, mulher do Presidente da União Soviética.

A menina nasceu causando surpresas: há alguns dias, uma ecografia previa um menino, que se chamaria José Henrique. A chegada de uma menina, porém, não contrariou Raimunda.

— Um menino eu já tenho. Sempre quis uma garota.

Os médicos Pablo Chacel e Glênio Humberto Barros Silva, que fizeram o parto, saíram do Centro Obstétrico no momento em que a televisão transmitia o discurso do Senador Afonso Arinos (PSDB-RJ). Pablo Chacel resumiu a expectativa que a nova Constituição despertava nele e em seu colega:

— Nascer é um ato de esperança, e nós, obstetras, vemos nascimentos diariamente. Então, temos a esperança de que a Carta traga melhorias à vida do povo.

O nascimento de Raissa ou Clarice era esperado desde 25 de setembro, mas só ontem os médicos decidiram fazer o parto, mediante uma cesariana. Raimunda, que mora com a família na perife-



A mãe e o bebê, logo após o parto

ria de Brasília, diz saber que a Constituição "é uma nova lei para o País".

— Espero que ela propicie uma vida melhor, menos dura, para minha filha.

A mãe terminou recentemente um estágio de auxílio de enfermagem no Hospital das Forças Armadas — onde espera ser efetivada, já que está sem emprego. Sebastião Pereira dos Santos, pai da menina, trabalha como garçom da Associação Atlética do Banco do Brasil e, segundo Raimunda, ganha o suficiente para a família sobreviver.

Deputado lembra a repressão e irrita Ministros militares

BRASÍLIA — "O Estado autoritário prendeu e exilou. A sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou. A sociedade foi Rubens Paiva, não os facinorosos que o mataram". Este trecho do discurso do Deputado Ulysses Guimarães, longamente aplaudido pelo plenário e pelas galerias, irritou os militares presentes à cerimônia de promulgação da nova Carta.

— Achei que essa referência não está à altura do momento em que vivemos. E nem está também à altura do discurso do Deputado Ulysses Guimarães — disse, enfático, o Ministro da Marinha, Henrique Sabóia, resumindo a opinião dos ministros militares.

Sabóia disse que iria procurar Ulysses para manifestar o seu descontentamento, mas deixou claro que não estava julgando a postura ideológica do Presidente da Constituinte. Acrescentou que os parlamentares precisam regulamentar o mais rápido possível o texto consti-

tucional, para evitar conflito jurídico entre a lei ordinária e a Constituição. Apesar disso, considera difícil acontecer de imediato a regulamentação por causa do pleito municipal.

— Temos uma Constituição aprovada e promulgada. Agora é cumpri-la. Só acho que a legislação complementar não pode demorar — concluiu Sabóia.

O Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, era o que menos escondia a insatisfação, que ficou ainda mais evidente quando ele deixou o Congresso sem se despedir de Ulysses.

O General Leônidas esquivou-se de prestar qualquer declaração à imprensa. Ao lado da mulher, Dóris, e usando suas seguradoras para se afastar dos jornalistas, Leônidas chegou a comentar, no coquetel, com o Ministro-Chefe do Gabinete Militar, General Bayma Denys, seu desgosto com o texto de Ulysses. Bayma, que caminhava para cumprimentar Ulysses,

foi convencido por Leônidas a desistir do gesto e convidado a retirar-se do salão onde se realizava o coquetel, o que aceitou de pronto. A retirada de ambos chamou a atenção. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), Walber Liseux, pediu o autógrafa de Ulysses no seu exemplar da Constituição e o Deputado agradeceu-lhe a cerimônia militar preparada para o dia da promulgação.

— Foi muito bonita, transmita isso a seus comandados — disse Ulysses.

Liseux deixou o Congresso afirmando que o momento não era de críticas. Sobre o discurso, disse apenas: "Quero um por dia".

O Ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, também não compartilhou do mal-estar criado entre os Ministros da Marinha e do Exército, e permaneceu tranquilo durante todo o coquetel, conversando com parlamentares e ministros.



Ulysses passa por Bayma e Leônidas

Em armas

DIZ A apresentação da nova Carta, assinada pelo Deputado Ulysses Guimarães: "A Constituição luta contra os bolsões de miséria que envergonham o País."

ESTÁ certo que seja apenas uma frase, um vó de retórica.

MAS NADA custava que o Presidente da Constituinte desse melhor contribuição para a educação política dos muitos cidadãos que até hoje não sabem

o que significa exatamente o nosso documento legal básico.

PORQUE, na verdade, a Constituição não luta por coisa alguma. Apenas estabelece regras para as lutas a serem travadas pelos homens.

A DISTINÇÃO é essencial — em nome do bom uso do idioma e também para que não se crie a ilusão de que, uma vez extintos os bolsões de miséria, a Constituição vai depor as armas e descansar, como guerreiro satisfeito.

"Não é novidade para ninguém"

BRASÍLIA — O Deputado Ulysses Guimarães disse ontem à noite ao GLOBO que desconhecia a reação dos militares à referência que fizera em seu discurso ao assassinato do ex-Deputado Rubem Paiva, mas lembrou que, durante toda sua vida pública, particularmente nos últimos 20 anos, condenou a violência: — Não é novidade para ninguém

que eu sempre saí pelo País defendendo nossos mártires que tombaram na luta pela liberdade. E, entre eles, sempre citei o caso do nosso companheiro Rubens Paiva.

Ulysses acrescentou que, por não ser nova, a referência não deve ser interpretada nem usada como manifestação contra quem quer que seja.

RETÓRICA DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA NO DISCURSO DE ENCERRAMENTO DE ULYSSES GUIMARÃES

'A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar'

"Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Sr. Sarney. Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Humberto Lucena. Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Rafael Mayer. Senhores Membros da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte. Eminente Relator Bernardo Cabral. Preclaros Chefes do Poder Legislativo de nossas nações. Insígnis Embaixadores, saudados no Decano D. Carlos Furno. Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado. Excelentíssimos Senhores Governadores de Estado. Excelentíssimos Senhores Presidentes de Assembleias Legislativas. Dignos Líderes Partidários. Autoridades civis, militares e religiosas, registrando o comparecimento do Cardeal D. José Freire Falção, Arcebispo de Brasília, e de D. Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB. Prestigiosos Senhores Presidentes de Conferências e Senhores Constituintes. Minhas Senhoras e meus Senhores. Dois de fevereiro de 1987: "ecozam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar. A Nação deve mudar, a Nação vai mudar". São palavras constantes do discurso de posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos Poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa. Num País de 30.401.000 analfabetos, afrotosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto. Cidadãos Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora. Bem-aventurados os que chegam. Não nos desencantamos na longa marcha, não nos desmoralizamos capitulando ante pressões aliadas e comprometedoras, não desertamos, não caímos no caminho. Alguns a fatalidade derrubou: Virgílio Favora, Alair Ferrerira, Fábio Lucena, Antônio Parias e Norberto Schwantes. Pronunciemos seus nomes queridos com saudade e orgulho: cumpriram com o seu dever. A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. A Constituição certamente não é perfeita. Ela precisa ser confessada, admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Concluímos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. A persistência da Constituição é a sobrevivência da Democracia. Quando, após tantos anos de lutas e sacrifí-

cios, promulgamos o Estatuto do Homem, da Liberdade e da Democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgraça homens e nações, principalmente na América Latina. Assinalarei algumas marcas da Constituição que passaram a comandar esta grande Nação. A primeira é a coragem. A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela, o dever e as instituições perecem. Sem a coragem as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela não haveria a cruz nem os evangelhos. A Assembleia Nacional Constituinte rompeu contra o establishment, investiu contra a inércia, desafiou tabus. Não ouviu o refrão saudosista do velho do Restelo, no genial canto de Camões. Suportou a ira e perigosa campanha mercenária das que se atreviam na tentativa de aviltar legisladores em guardas de suas burras abrotadas com o ouro de seus privilégios e especulações. Foi de audácia inovadora a arquitetura da Constituinte, recusando anteprojeto forâneo ou de elaboração interna. O enorme esforço é dimensionado pelas 61.020 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de um milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas no longo trajeto das Subcomissões de Redação Final. A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de dez mil postulantes franquearam, livremente, as onzes entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, Comissões, galerias e salões. Há, portanto, representativo e oxigenado sobre gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. Como o caramujo, guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde provém. A Constituição é caracteristicamente o estatuto do homem. É sua marca de fábrica. O mínimo mortal do homem é a miséria. Não há pior discriminação do que a miséria. O Estado de Direito, consorte da igualdade, não pode conviver com estado de miséria. Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria. Tipograficamente é hierarquizada a precedência e a preeminência do homem, colocando-o no umbral da Constituição e catalogando-lhe o número não superado, só no artigo 5º, de 77 incisos e 104 dispositivos. Não lhe bastou, porém, defendê-lo contra os abusos originários do Estado e de outras procedências. Introduziu o homem no Estado, fazendo-o credor de direitos e serviços, cobráveis inclusive com o mandato de injunção. Tem substância popular e cristã o título que a consagra: "A Constituição Cidadã". Vivenciados e originários dos Estados e Municípios, os Constituintes haveriam de ser fiéis exilios. Exemplarmente o foram. No Brasil, desde o Império, o Estado ultraja a geografia. Espanoso despenhique: Estado can-

tra o País, quando o País é a geografia, a base física da Nação, portanto, do Estado. É elementar: não existe Estado sem País nem País sem geografia. Esta antinomia é fator de nosso atraso e de muitos de nossos problemas, pois somos um arquipélago social, econômico, ambiental e de costumes, não uma ilha. A civilização e a grandeza do Brasil percorreram rotas centrífugas e não centrípetas. Os bandeirantes não ficaram arranhando o litoral com caranguejos, na imagem pitoresca, mas exata, de Frei Vicente do Salvador. Cavalgaram os rios e marcharam para o Oeste e para a História, na conquista de um continente. É a irmandade entre as regiões. O desgoberno, filio da penúria de recursos, acende a ira popular, que invade os paços municipais, arranca as grades dos palácios e acabará chegando à rampa do Palácio do Planalto. A Constituição reabilitou a Federação ao alocar recursos ponderáveis às unidades regionais e locais, bem como a arbitrar competência tributária para lastrear-lhes a independência financeira. Democracia é a vontade da lei, que é plural e igual para todos, e não a do príncipe, que é unipessoal e desigual para os favorecimentos e os privilégios. Se a Democracia é o governo da lei, não só a elabora-la, mas também para cumpri-la, são Governo e Executivo e o Legislativo. O Legislativo brasileiro investiu-se das competências dos parlamentos contemporâneos. É axiomático que muitos têm maior probabilidade de acertar do que um só. O Governo associativo e gregário é mais apto do que o solitário. Eis outro imperativo de governabilidade: a co-participação e a co-responsabilidade. Cabe a indagação: instituiu-se no Brasil o tricameralismo ou fortaleceu-se o unicameralismo, com as numerosas e fundamentais atribuições cometidas ao Congresso Nacional? A resposta virá pela boca do tempo. Faço votos para que essa resposta trina prove bem. Nós, os legisladores, ampliamos nossos deveres. Teremos de honrá-los. A Nação repudia a preguiça, a negligência, a inépcia. Soma-se a essa atividade ordinária, bastante dilatada, a edição de 36 leis complementares e 314 ordinárias. Não esqueçamos que, na ausência de lei complementar, os cidadãos poderão ter o provimento suplementar pelo Mandato de Injunção. A confiabilidade do Congresso Nacional per-

mite que repita, pois tem pertinência, o slogan: "Vamos votar, vamos votar", que integra o folclore de nossa prática constituinte, reproduzido até em horas de diversão e em programas humorísticos. Tem significado de diagnóstico a Constituição ter alargado o exercício da Democracia, em participativa além de representativa. É o clarim da sabedoria popular e direta, tocando no umbral da Constituição, para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais. O povo passou a ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o superlegislador, habilitado a rejeitar pelo referendo projetos aprovados pelo Parlamento. A vida pública brasileira será também fiscalizada pelos cidadãos. Do Presidente da República ao Prefeito, do Senador ao Vereador. A moral é o cerne da Pátria. A corrupção é o cupim da República. República sujeita à corrupção impune tomba: nos mios de demagogos, que a pretexto de salvá-la, a tiranizam. Não roubar, não deixar roubar, por na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública. A Constituição, os cidadãos são poderosos e vigilantes agentes da fiscalização, através do mandato de segurança coletivo, do direito de receber informações dos órgãos públicos; da prerrogativa de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos contra ilegalidade ou abuso de poder; da obtenção de certidões para defesa de direitos; da ação popular, que pode ser proposta por qualquer cidadão, para anular ato lesivo ao patrimônio público, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico, isento de custos judiciais; da fiscalização das contas dos municípios por parte do contribuinte; podem peticionar, reclamar, representar ou apresentar queixas junto às Comissões das Casas do Congresso Nacional; qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato são partes legítimas e poderão denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, do Estado ou do Município. A gratuidade facilita a efetividade dessa fiscalização. A exposição panorâmica da lei fundamental que hoje passa a reger a Nação permite conceituá-la, sinteticamente, como a Constituição Coragem, a Constituição Cidadã, a Constituição Participativa, a Constituição do Governo Sínese Executivo-Legislativo, a Constituição Fiscalizadora. Não é a Constituição perfeita. Se fosse perfeita, seria irreformável. Ela própria, com humildade e realismo, admite ser emendada, até por maioria mais acessível, dentro de cinco anos. Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira e desbravadora. Será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados. É caminho que se abre aos caminhos. Ela vai caminhar e abrir-lhes. Será reletor o que penetrar nos bolsões sujos, escuros e ignorados da miséria. Recorde-se, avissareiramente, que o Brasil é o quinto País a implantar o instituto moderno da seguridade, com a integração de ações relativas à saúde, à previdência e à assistência social, assim como a universalidade dos benefícios para os que contribuíam ou não, além de beneficiar onze milhões de aposentados, espólios em seus provimentos. É consagrar o testemunho da ONU de que

nenhuma outra Carta no Mundo tenha dedicado mais espaço ao meio ambiente do que a que vamos promulgar. Senhor Presidente José Sarney, Vossa Excelência cumpriu exemplarmente o compromisso do saudoso, grande Tancredo Neves, de Vossa Excelência e da Aliança Democrática ao convocar a Assembleia Nacional Constituinte. A Emenda Constitucional nº 26 teve origem em Mensagem de seu Governo, vinculando Vossa Excelência à efeméride que hoje a Nação celebra. Nossa homenagem ao Presidente do Senado, Humberto Lucena, atuante na Constituinte pelo seu trabalho, seu talento e pela colaboração fraterna da casa que representa. Senhor Ministro Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Saúdo o Poder Judiciário na pessoa austera e modular de Vossa Excelência. O imperativo de "Muda Brasil", desafio de nossa geração, não se processará sem o conseqüente "Muda Justiça", que se instrumentalizou na Carta Magna com a valiosa contribuição do Poder Chefiado por Vossa Excelência. Cumprimento o eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, que em histórica sessão instalou em 1º de fevereiro de 1987 a Assembleia Nacional Constituinte. Registro a homogeneidade e o desempenho admirável e solidário de seus altos deveres, por parte dos dignos membros da Mesa Diretora, condôminos imprescindíveis de minha Presidência. O Relator Bernardo Cabral foi capaz, flexível para o entendimento, mas irremovível nas posições de defesa dos interesses do País. O louvor da Nação aplaudirá sua vida pública. Os Relatores adjuntos, José Fogaça, Konder Reis e Adelfo Oliveira, prestaram colaboração unanimemente enaltecida. Nossa palavra de sincero e profundo louvor ao mestre da língua portuguesa Professor Celso Cunha, por sua colaboração para a esboçada redação do texto. O Brasil agradece pela minha voz a honrosa presença dos prestigiosos dignitários do Poder Legislativo do Continente Americano, de Portugal, da Espanha, de Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Príncipe e Cabo Verde. Os Senhores Governadores de Estado e Presidentes das Assembleias Legislativas dão realce singular a esta solenidade histórica. Os líderes foram o vestibular da Constituinte. Suas reuniões pela manhã e pela madrugada, com autores de emendas e interessados, disciplinaram, agilizaram e qualificaram as decisões do Plenário. Os Anais guardarão seus nomes e sua benemérita fala. Cumprimento as autoridades civis, eclesásticas e militares, autorizadas com seus cheffes na missão, que cumprem com decisão, de prestigiar a estabilidade democrática. Nossas congratulações à imprensa, ao rádio e à televisão. Viram tudo, ouviram o que quiseram, tiveram acesso desimpedido às dependências e documentos da Constituinte. Nosso reconhecimento tanto pela divulgação como pelas críticas, que documentam a absoluta liberdade de imprensa neste País. Testemunho a coadjuvação diuturna e esclarecida dos jornalistas e assessores, abraçados nas passagens de seus excepcionais chefes, Paulo Afonso Martins de Oliveira e Adalmar Sabino.

Agora conversemos pela última vez, companheiros e companheiras Constituintes. A atuação das mulheres nesta Casa foi de tal teor que, pela edificante força do exemplo, aumentará a representação feminina nas futuras eleições. Agradeço aos Constituintes a eleição como seu Presidente e agradeço o convívio alegre, civilizado e motivador. Quanto a mim, cumpriu-se o magistério do filósofo: o segredo da felicidade é fazer do seu dever o seu prazer. Todos os dias, quando divisa, na chegada ao Congresso, a concha côncava da Câmara rogando as bênçãos do céu e a convexa do Senado ouvindo as súplicas da terra, a alegria inundava meu coração. Era como ver a aurora, o mar, o canto do rio, ouvir os passarinhos. Sentel-me ininterruptamente nove mil horas nesta cadeira, em 320 sessões, gerando até interpretações divertidas pela não saída para lugares biologicamente exigíveis. Somados as sessões, foram 17 horas diárias de labor, também no gabinete e na residência, incluídos sábados, domingos e feriados. Político, sou caçador de nuvens. Já fui caçador por tempestades. Uma delas, benfazeja, me colocou no topo desta montanha de sonho e de glória. Tive mais do que pedi, cheguei mais longe do que mereci. Que o bem que os Constituintes me fizeram frutifique em paz, êxito e alegria para cada um deles. Adêus, meus irmãos. É despedida definitiva, sem o desejo de reencontro. Nosso desejo é o da Nação: que este Plenário não abrigue outra Assembleia Nacional Constituinte. Porque antes da Constituinte, a ditadura já teria trancado as portas desta Casa. Autoridades, Constituintes, Senhoras e Senhores. A sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou antagonismo do Estado. O Estado era Tordesilhas. Rebelada, a sociedade empurrou as fronteiras do Brasil, criando uma das maiores geografias do Universo. O Estado, encamado na metrópole, resignar-se ante a invasão holandesa no Nordeste. A sociedade restaurou nossa integridade territorial com a insurreição nativa de Tabocas e Guararapes, sob a liderança de André Vidal e Negreiros, Felipe Camarão e João Fernandes Vieira, que cunhou a frase da preeminência da sociedade sobre o Estado: "Desobedeceu a El-Rei, para servir a El-Rei". O Estado capitulou na entrega do Acre, a sociedade retomou-o com as foices, os machados e os punhos de Plácido de Castro e seus seringueiros. O Estado autoritário prendeu e exilou, a sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou. A sociedade foi Rubens Paiva, não os facinorosos que o mataram. Foi a sociedade, mobilizada nos colossais comícios das Diretas-Já, que pela transição e pela mudança derrotou o Estado usurpador. Terminei com as palavras com que comecei esta fala: A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: — Mudar para vencer! Muda Brasil!"